

**JOÃO DO RIO: TATUAGEM,  
ESTIGMA E SANITARISMO NA  
REPÚBLICA VELHA**

*Marcus Fabiano Gonçalves*<sup>215</sup>

*Matheus Guimarães Silva de Souza*<sup>216</sup>

*Palloma Borges Guimarães de Souza*<sup>217</sup>

## RESUMO

O presente trabalho pretende, a partir da produção literária de Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio, sobretudo suas crônicas, identificar a proximidade entre tatuagem e estigma, dentro ainda de

---

<sup>215</sup> Marcus Fabiano Gonçalves possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (1996), Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Conclui atualmente Doutorado em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS - Paris. Foi (2009) Professor Adjunto I de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, onde também integrou o Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado). Atualmente é Professor Adjunto I da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), integrando também o Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociologia e Direito da mesma instituição. É também colaborador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) da Universidade Nova de Lisboa. Desenvolve pesquisas em filosofia moral, sociologia da eficácia jurídica, hermenêutica e teoria da argumentação e antropologia jurídica. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFF.

<sup>216</sup> Matheus Guimarães Silva de Souza é mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.

<sup>217</sup> Palloma Borges Guimarães de Souza é mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.

uma perspectiva sanitaria e criminológica, especialmente durante a República Velha. Objetiva-se assim destacar a relevância de Paulo Barreto para a construção de uma narrativa urbana que consegue dar certa visibilidade aos marginalizados da cidade do Rio de Janeiro, durante a primeira década do século XX. Almeja-se, ainda, refletir sobre a repercussão do sanitarismo e das teorias deterministas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** João do Rio. Estigma. Sanitarismo.

## ABSTRACT

The present work intends, from the literary production of Paulo Barreto, better known as João do Rio, especially his chronicles, to identify the proximity between tattoo and stigma, within a sanitary and criminological perspective, especially during the Old Republic. Thus, the objective is to highlight the relevance of Paulo Barreto for the construction of an urban narrative that can give some visibility to the marginalized of Rio de Janeiro, during the first decade of the twentieth century. It is also intended to reflect on the repercussion of sanitarianism and deterministic theories in light of the constitutional principle of human dignity.

**KEYWORDS:** João do Rio. Stigma. Sanitarism.

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe, a partir da crônica de João do Rio (pseudônimo literário de Paulo Barreto – 1881 a 1921), identificar a tatuagem como estigma, sobretudo dentro da perspectiva de que havia uma mentalidade sanitaria na República Velha,

especialmente durante a virada do século XIX para o início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro.

Sobretudo a partir da obra *A alma encantadora das ruas*, buscar-se-á analisar a influência das teorias deterministas que enxergavam a tatuagem como marca identificadora de grave degenerescência, estigmatizando indivíduos que as traziam em seus corpos e pelas quais contavam suas histórias. Em contraponto, objetiva-se recuperar o protagonismo desses mesmos subalternizados, os quais podem ser encontrados nas crônicas de João do Rio, especialmente naquelas intituladas “Os tatuadores”, “As quatro idéias capitais dos presos” e “Mulheres detentas”. De outro lado, a eleição da crônica dá-se por ser ela um gênero literário autenticamente brasileiro, que permite dar voz à cidade na medida em que se origina da atividade do jornalista de reportagem, o *flâneur* que se funde ao *reporteur* nas investigações do curioso e do bizarro de uma sociedade desigual e ainda de forte tradição portuária.

Para alcançar tais objetivos, utilizar-se-á revisão bibliográfica, tendo enquanto referenciais autores como Erving Goffman e Nicolau Sevcenko, além de alguns textos de Cesare Lombroso, analisados criticamente. As fontes secundárias serão as obras dos demais autores que desenvolveram estudos

acerca destes que constituem o principal referencial teórico deste trabalho.

Na primeira parte deste artigo, pretende-se contextualizar a narrativa de João do Rio, buscando destacar a influência de acontecimentos como a Reforma Urbanística de Pereira Passos em 1903, a Revolta da Vacina de 1904, e a própria mentalidade sanitarista para a imposição de uma noção europeizada de “civildade”, capaz de disciplinar corpos e formas gerais de sociabilidade, que implicavam coisas como as demolições do “bota-abaixo” de cortiços, como o célebre “Cabeça de Porco”, que colocavam ainda mais à margem da sociedade aqueles que não se adequavam a esse modelo de habitante ideal da urbe modernizada, cujas elites enxergavam os mocambos e as futuras “favelas” como zonas de crime e uma “degeneração” encarada por fatores raciais.

Em um segundo momento, almeja-se traçar uma breve biografia de Paulo Barreto, e chegar ao seu pseudônimo literário, João do Rio, e à sua obra *A alma encantadora das ruas*, aqui compreendida como narrativa que consegue dar visibilidade à diversidade cosmopolita da cidade do Rio de Janeiro, especialmente durante a primeira década do século XX. Nessa perspectiva, pretende-se identificar, dentro das crônicas de João do Rio, os tatuados que eram vistos nas ruas da cidade,

e, sobretudo, os que estavam detidos em estabelecimentos prisionais, ambos estigmatizados.

Por derradeiro, objetiva-se refletir, a partir das noções de estigma e tatuagem, acerca da permanência do pensamento sanitaria, bem como sobre a repercussão das teorias deterministas nos terrenos psiquiátrico e penal, dentro da sociedade brasileira do século XXI, sob a ótica de um princípio constitucional fundamental para a nossa ordem normativa: a dignidade da pessoa humana.

## **O SANITARISMO NA SOCIEDADE CARIOCA DA REPÚBLICA VELHA**

Da segunda metade do século XIX em diante, o poder público passou a interferir na organização das cidades, através de um processo de urbanização que culminou em um planejamento urbano cujo intuito era combater doenças contagiosas como a varíola e a influenza, disseminadas pela precariedade das condições de higiene e pelas moradias precárias cuja insalubridade demandava intervenções urbanísticas a fim de “erradicar” esses “focos” de contaminação.

No Rio de Janeiro, capital do Brasil de 1763 até 1960, o investimento público na organização da sede do governo e maior cidade do país ocorreu a partir de 1850,

quando após a primeira grande epidemia de febre amarela, as autoridades imperiais passaram a se preocupar imensamente com a defesa sanitária.

Nessa época, foram criadas a Junta de Higiene Pública (logo extinta em 1859), responsável por propor e executar as medidas necessárias para preservar a saúde pública, e a Comissão de Engenheiros, encarregada dos melhoramentos urbanos necessários ao saneamento da cidade. Em 1874 foi constituída a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, da qual Francisco Franco Pereira Passos fazia parte, e que resultou no primeiro plano urbanístico da cidade. Esse plano foi impulsionado pelo debate sobre saúde pública, após o início da década de 1870, quando a febre amarela voltou a vergastar a cidade.<sup>218</sup> Dom Pedro II, então imperador, alcançou respeito e admiração de estudiosos da época, como Louis Pasteur, justamente por ter sido um grande patrocinador do conhecimento, da cultura e da ciência.

Durante as décadas seguintes, se agravou o quadro sanitário do Rio de Janeiro, e a República teria uma capital com grandes problemas de saúde pública. A febre

---

<sup>218</sup> Cf. Alzira Alves de ABREU et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos>>. Acesso em: 16/01/2021.

amarela, a malária, a influenza e a varíola tornariam a cidade do Rio de Janeiro temida internacionalmente por essas epidemias, que aumentavam os índices de mortalidade e afastavam visitantes estrangeiros, motivo pelo qual o comércio externo do país foi afetado e até corpos diplomáticos recusavam postos e/ou exigiam adicionais de risco por insalubridade. Francisco de Paula Rodrigues Alves, candidato à presidência da República, trazia em sua plataforma eleitoral projetos de remodelação e saneamento do Distrito Federal. Destaca-se, nesse contexto, a proposta de modernização do porto do Rio de Janeiro, principal rota de entrada dos produtos que o Brasil importava.

### **A Reforma Urbanística de Pereira Passos**

No final do ano de 1902, escolhido o presidente Rodrigues Alves, que havia sido recém-empossado, este convidou Pereira Passos para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro, lhe atribuindo o encargo de consertar “os defeitos da capital”<sup>219</sup>, que na visão do então presidente, afetariam e perturbariam todo o desenvolvimento nacional, conforme consta na mensagem de Rodrigues Alves remetida em maio de 1903 ao Congresso Nacional.

---

<sup>219</sup> Cf. Mensagem do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 1ª sessão da 5ª legislatura, 1903, p. 10.

Pereira Passos foi escolhido para essa missão devido à sua experiência na esfera pública e na iniciativa privada, o que fez com que ele construísse uma rede de relações propícia à conciliação de interesses públicos e privados. O prefeito do Rio de Janeiro representava, ainda, uma geração de engenheiros que, da segunda metade do século XIX em diante, recebeu a incumbência de construir uma cidade “moderna”, a partir de um conhecimento tido como técnico.

A Reforma Urbanística de Pereira Passos, inspirava-se no plano de remodelação da cidade de Paris, executado pelo barão Georges-Eugène Haussmann (ainda no século XIX), o qual transformou a fisionomia da principal capital da Europa e inspirou as mudanças drásticas no centro do Rio de Janeiro. Nas avenidas, surgiam edifícios suntuosos e de arquitetura eclética. Novas linhas de bonde foram construídas e eletrificadas, assim como foram construídas novas redes de esgoto e de abastecimento de água. Hábitos que eram considerados como não condizentes com as determinações de higiene pública foram proibidos. A iluminação pública, que antes era fornecida por lampiões a gás, foi aos poucos sendo substituída por postes de eletricidade. Com todas essas mudanças, o tráfego estava desafogando-se, sobretudo pela redução do tráfego de carroças e a implantação de trilhos

de bondes (primeiro puxados por asnos, depois de propulsão elétrica). A cidade realmente passava por uma remodelação drástica.

Entretanto, durante a Reforma, muitos cortiços<sup>220</sup> e casebres foram demolidos, fazendo com que as pessoas que não tinham alguma fonte de renda mais segura se deslocassem do centro para o subúrbio, e com que os mais pobres fossem para as encostas dos morros, adensando assim a população das favelas, que estavam começando a surgir. Utilizando uma expressão de Olavo Bilac, “o furor das picaretas regeneradoras”<sup>221</sup>, tal movimento recebeu o apelido de “Bota-Abaixo” por parte desta população marginalizada.

A Reforma do “Bota-Abaixo” começou em 1903 e não ambicionava apenas remodelar e sanear o Distrito Federal. Com o intuito de aumentar a circulação de ar no centro da cidade, por exemplo, se desmanchou o histórico Morro do Castelo,

onde Mem de Sá, em 1567, havia refundado a cidade. Os decretos e posturas municipais que passaram a vigor manifestavam a intenção de introduzir novos hábitos e costumes, modificando também o modo de vida da população carioca. O comportamento dos cidadãos nos espaços públicos era cada vez mais restringido pelas medidas de Pereira Passos: pessoas descalças eram proibidas de trafegar nas modernas calçadas. E tornou-se proibido o exercício de qualquer forma de comércio ambulante; a venda de bilhetes de loteria; a ordenha de vacas leiteiras pelas ruas; a prática da medicina pública de benzedeiros e aplicadores de ventosas; os atos de urinar fora de mictórios, de cuspir nas ruas, de soltar fogos de artifício e até mesmo a existência de cães soltos pela cidade foi coibida com coleta e abate. Em termos sintéticos, a inserção do Brasil no mundo do progresso passava por esse esforço de tornar a capital da República uma “cidade civilizada”.<sup>222</sup>

Acerca dessa busca por “ordem e progresso”, João do Rio retrata a função intimidadora da polícia:

Qual deve ser o papel da polícia numa cidade civilizada? [...] A polícia é uma

---

<sup>220</sup> A pretensão de cientificidade do naturalismo europeu encontrou recepção na obra *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, romance integrado ao pensamento positivista, como também às teorias raciais que foram adotadas pelo Brasil, durante a República Velha. Destaca-se, nessa obra, a tipificação racial dos personagens, dentro de uma narrativa voltada à comprovação de teses racialistas, que permaneceram vigorando no Brasil, e em especial na sociedade carioca, no contexto da Reforma Pereira Passos.

<sup>221</sup> Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>>. Acesso em: 18/01/2021.

<sup>222</sup> Cf. Alzira Alves de ABREU et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos>>. Acesso em: 16/01/2021.

instituição preventiva, agindo com o seu poder de intimidação, e o Dr. Guillaume e o Dr. Baker chegaram, em Estocolmo, às conclusões de que uma boa polícia tem mais força que o código penal e mais influência que a prisão (RIO, 1995, p. 148).

## **A Revolta da Vacina**

De acordo com Nicolau Sevcenko em seu livro *A Revolta da Vacina*, o fator imediatamente deflagrador da Revolta foi a publicação, no dia 9 de novembro de 1904, do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola. O projeto de lei que instituía a obrigatoriedade da vacinação, e que tinha sido apresentado cerca de quatro meses antes no Congresso, pelo senador alagoano Manuel José Duarte, impulsionou um debate exaltado que não só esteve no âmbito do Legislativo, como ganhou espaço na imprensa e entre a população da Capital Federal. O governo, que tinha ampla maioria no Congresso, utilizou, em sua defesa, todos os seus recursos técnicos e burocráticos. Havia, entretanto, uma pequena oposição parlamentar, uma imprensa não governista e uma população da cidade que resistiam irreduzivelmente à implantação da lei de vacinação (SEVCENKO, 1984, p. 6).

O temor era grande por parte da sociedade pobre habitante das zonas portuárias, trabalhadores da estiva, em especial. De outro lado, o discurso do governo sustentava que a vacinação era

imprescindível para a saúde coletiva. De fato, existiam inúmeros focos endêmicos da varíola no Brasil, sendo o maior deles a cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1904 se constatou um grande surto epidêmico: até o mês de junho haviam sido contabilizados oficialmente mais de 1.800 casos de internações no Distrito Federal, no Hospital de São Sebastião, e um total anual de 4.201 óbitos devidos à varíola. Nas palavras do Ministro da Justiça e do Interior, José Joaquim Seabra, a “humana lei”, como era chamada pelo governo, pretendia conciliar “os altos e importantes interesses da saúde pública, que é a saúde do povo, com as garantias que as leis e a Constituição liberalizam a quantos habitam a nossa pátria” (SEVCENKO, 1984, p. 6-7).

A oposição permanecia contestando os métodos de aplicação do decreto de vacinação, os quais seriam truculentos, com soros, e principalmente com aplicadores pouco confiáveis, além de funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais, manifestando instintos brutais e moralidade discutível. Os maus exemplos já teriam sido notados na campanha anterior, pela extinção da febre amarela, por toda a população. Para os opositores, se o governo acreditava nas qualidades e na necessidade da vacina, deveria deixar à consciência de cada um a liberdade de decidir pela sua aplicação ou não, podendo, inclusive, escolher as

condições mais convenientes para recebê-la. O que se questionava, portanto, não era a utilidade da vacina, a qual era reconhecida, mas as suas condições de aplicação, e, sobretudo, o seu caráter compulsório (SEVCENKO, 1984, p. 7). E mesmo intelectuais, como Rui Barbosa, engajaram-se contra a obrigatoriedade da vacinação.

Após uma série de revoltas populares e militares, que já vinham sendo articuladas desde 5 de novembro de 1904, e depois de muitas mortes durante essas sublevações, o governo revoga, em 16 de novembro de 1904, a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Tendo sido extinta a causa deflagrada do movimento, e dada a repressão sistemática pelo seu término, o movimento retrocede, até se extinguir completamente. Contudo, o levante militar teve repercussão na Bahia, onde, entretanto, foi rapidamente neutralizado. No Recife, a movimentação da imprensa favorável à revolta provocou algumas passeatas pela cidade, que, todavia, foram infrutíferas (SEVCENKO, 1984, p. 25).

Diante desse cenário, o governo pôde exercer toda a sua repressão. Os militares acusados da insurreição foram presos, líderes civis foram encarcerados e processados por tribunais militares, e os populares foram igualmente perseguidos e aprisionados. De acordo com Nicolau Sevcenko:

Nunca se contaram os mortos da Revolta da Vacina. Nem seria possível, pois muitos, [...] foram morrer bem longe do palco dos acontecimentos. Seriam inúmeros, centenas, milhares, mas é impossível avaliar quantos. Os massacres em geral não manifestam rigor pela precisão. Sabe-se quantos morreram em Canudos, no Contestado ou na Revolução Federalista – para só ficarmos nas grandes chacinas da Primeira República? A matança coletiva dirige-se, via de regra, contra um objeto unificado por algum padrão abstrato, que retira a humanidade das vítimas: uma seita, uma comunidade peculiar, uma facção política, uma cultura, uma etnia (SEVCENKO, 1984, p. 3).

## JOÃO DO RIO: A VOZ DA CIDADE

A primeira imagem que se apresenta a quem tenta compreender a figura de João do Rio é a de um homem de muitos nomes. João do Rio era, na verdade, um dos pseudônimos do autor que assinava nos contratos editoriais, João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921). De acordo com algumas fontes, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto. E até mesmo para os biógrafos, se tornou problemática a verificação do seu nome. Um homem de muitos nomes, que utilizava vários pseudônimos: Claude, João de Oliveira e José Antônio José, entre outros.

Neste artigo, será destacado o pseudônimo João do Rio. João de um Rio de Janeiro que se modernizava e é exposto sob vários ângulos pelo primeiro grande repórter brasileiro. Através da narrativa de João do Rio, a cidade se mostra em palavras, por

meio de um procedimento incomum operado pelo autor, transformando em crônica a matéria real. João do Rio era o cronista que saía às ruas, procurando o fato diverso, que parecia esperá-lo para ser retratado sob um ponto de vista diferenciado. Seus textos comentam fatos e pessoas que antes eram meramente transplantados para o jornal. Posteriormente, seus escritos tomaram-se livros, como aconteceu com o primeiro volume publicado pelo autor, *Religiões do Rio*, reunindo textos divulgados em 1904, na *Gazeta de Notícias* (RIO, 1995, p. IX).

Após duas tentativas frustradas, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, antes de completar vinte e nove anos, com quatro volumes já publicados. Mais tarde, tornou-se membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Gradativamente, João do Rio foi-se tornando mais cronista e menos repórter. Autor de obras de muito valor, especialmente como cronista, Paulo Barreto é considerado o criador da crônica social moderna. E atribui-se a João do Rio ter sido o primeiro autor a utilizar o termo “favela”.

A história da favela se entrecruza com a história de Paulo Barreto. Após a primeira campanha frustrada para derrubar Canudos, muitos negros pobres foram morar no Rio de Janeiro, no final do século XIX, habitando o então Morro da Providência ou

Morro da Favela, local que ficava atrás da sede do Ministério da Guerra, à época. A tropa, que aguardava a sua desmobilização, ficou ali por não ter para onde ir, de modo que a ocupação do morro foi se dando com a formação de famílias, nas quais, frequentemente, havia integrantes do Exército brasileiro.

Desse modo, as tropas do Exército, durante a Guerra de Canudos, ocuparam o morro dominante sobre o reduto dos revoltosos, que se chamava “Favella” (ainda gravada com “ll”), nome de uma planta favosa presente na região que daria origem à primeira ocupação de morro na cidade, morro este, portanto, denominado pelos moradores de “Favela” (ANTUNES, s.d., p. 100-101). Esse termo viria a ser usado como topônimo para designar qualquer ocupação de morros no Rio de Janeiro, assumindo um sentido mais pejorativo.

Na reportagem “*Os livres acampamentos da miséria*” (*Gazeta de Notícias*, 03/11/1908), João do Rio retrata esse processo de ocupação, ao falar das habitações do morro de Santo Antônio. E em “*A morada dos gatunos e desordeiros*”, o cronista retrata a população do Morro da Providência, que como já ressaltado, foi a primeira favela do Brasil. Desse modo, haveria uma ligação histórica direta entre a imagem de João do Rio e o próprio surgimento do objeto da matéria em questão,

os “acampamentos da miséria” dos morros cariocas. Tais acampamentos, na verdade, não eram próprios para moradia, sendo destituídos das mínimas condições de saúde pública.

“*Os livres acampamentos da miséria*”, primeiro texto conhecido sobre favela numa perspectiva mais próxima de como a entendemos hoje, traz a perspectiva dos trabalhadores que, excluídos da ordem produtiva convencional, encontram nos “bicos” um meio de sobrevivência, dentro de uma legalidade mínima, em sua “cidade dentro da grande cidade”, marcada pelo abandono do Estado. A favela enquanto espaço de marginalidade, como era vista ao longo do século XX, reflete uma complexa mistura entre questões étnicas e de classe. Infelizmente, a realidade das favelas cariocas do século XXI não é diferente.

Ao final da crônica, João do Rio chega ao alto do morro e contempla a cidade, que dormia iluminada: “imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre” (RIO, 1911, p. 152). Nesse ponto, o autor evidencia o quanto esteve imerso em uma outra ordem simbólica completamente distinta da zona de inclusão social. Nessa reportagem, vemos, ainda, uma clara referência à tatuagem atrelada à população marginalizada: “João Rainha, com os braços muito tatuados, começou a

cantar” (RIO, 1911, p. 151). De igual modo, a mentalidade sanitarista da época também pode ser verificada: “De repente, lembrei-me que a varíola cairia ali ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca dos variolosos” (RIO, 1911, p. 152).

Esse último parágrafo exprime o tempo e espaço nos quais se assenta a tradição à qual João do Rio estava vinculado. Ele se formou como um peculiar *dandy* carioca, sob a matriz textual de um Oscar Wilde dos trópicos. É possível afirmar que o dandismo no Brasil, misturando-se à elegância das correntes parnasianas e românticas, teria vários seguidores, tais como: Olavo Bilac, Guilherme de Almeida e Elycio de Carvalho, também escritores e jornalistas (FARIA, 1988, p. 183). Tal matriz trouxe uma série de características que demarcam bem o tempo como uma memória textual em João do Rio.

### **A alma encantadora das ruas**

Reunindo textos da *Gazeta de notícias* e da revista *Kosmos*, *A alma encantadora das ruas* foi publicada em 1908. Olavo Bilac, na condição de editor da revista *Kosmos*, registrou a necessidade de mudança quanto aos temas que seriam abordados e à linguagem utilizada na Revista: “A crônica de *Kosmos* deve fixar o estado moral, a 'crise' da existência carioca, e seria insensato que, num momento em que

toda a cidade sofre, agoniza ou convalesce - só aparecessem nestas páginas suspiros de poetas egoístas, devaneios de lirismo abstrato." (Olavo Bilac, nov. 1904).

O Rio de Janeiro do início do século XX era o centro político, comercial e populacional do país. A cidade, imensamente influenciada pela Europa e pelos Estados Unidos, intensificou suas atividades de importação, assumindo um perfil consumista, em torno da última moda. O Rio, que respirava modernidade, também era uma cidade que parou em si mesma no tempo. Sua estrutura urbana, velha e ultrapassada, enfrentava vários problemas de desenvolvimento. O sanitarismo provocou a derrubada de velhos prédios e igrejas históricas, abertura de novas avenidas, e também buscou silenciar revoltas. O Rio de Janeiro "civiliza-se" em alguns pontos de sua superfície, entretanto, a miséria continua.

A grande personagem em *A alma encantadora das ruas* é a cidade, que se desdobra em várias nuances, a partir das quais pode ser compreendida. Em um primeiro momento, o narrador-repórter retrata a rua como imagem, sendo ela um espaço possível de dimensionamento do mundo. O leitor, que já não é o mesmo do jornal, é convidado a percorrer a cidade sentimentalmente.

A rua, associada ao homem até mesmo em sua etimologia (do latim "ruga",

"sulco"), nasce, como ele, do espasmo, do soluço. Nas palavras de João do Rio: "Há suor humano na argamassa do seu calçamento". E é essa mesma rua "a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas" (RIO, 1995, p. 4).

João do Rio conduz o seu leitor a um movimento de abrangência, ao trabalhar com o seu inverso: a visão fragmentada do universo das ruas. A maneira de expor a cidade ao conhecimento é fragmentando-a, na esfera da modernidade. A ótica do *flâneur* deixa entrever um foco móvel, que não se fixa em nenhum espaço, permitindo uma visão de passagem. Circulando entre ruas e becos, o *flâneur* observa e entrevista tipos humanos, contudo, não se mistura, permanecendo como o comentarista distanciado que sabe se disfarçar entre as camadas populares: sabe desfrutar do anonimato que as ruas proporcionam (RIO, 1995, p. XI).

Durante esse passeio, o cronista revela por fragmentos o perfil do Rio de Janeiro e de seus habitantes, não daqueles que frequentam os salões de Botafogo, mas daqueles que se configuravam como povo. Dessa forma, o cenário urbano dará relevo à caracterização do humano, que preenche o espaço da referencialidade.

## A tatuagem e os detentos nas crônicas de João do Rio

Em *A alma encantadora das ruas*, a crônica “Os tatuadores” começa retratando uma cena frequente na capital da República Velha: um menino de 12 anos, oferecendo seu serviço para um rapaz, pergunta se este queria “marcar” a sua pele. Tal acontecimento era muito comum nas ruas do centro do Rio de Janeiro, sobretudo perto do cais, durante o século XX (RIO, 1995, p. 29).

Nessa crônica, João do Rio relata que a palavra tatuagem é relativamente recente. Tendo sido introduzida pelo navegador Loochs no ocidente, esse a escrevia *tattou*, termo da Polinésia de *tatou* ou *to tahou*, desenho. Alguns ainda acreditam que a palavra tenha surgido do ruído perceptível da agulha sobre a pele: tac, tac. Porém, a crônica remonta a origens mais antigas. O primeiro homem, ao perder o pelo, teria descoberto a tatuagem. O cronista continua em seu retrospecto:

Desde os mais remotos tempos vêmo-la a transformar-se: distintivo honorífico entre uns homens, ferrete de ignomínia entre outros, meio de assustar o adversário para os bretões, marca de uma classe para selvagens das ilhas Marquesas, vestimenta moralizadora para os íncolas da Oceania, sinal de amor, de desprezo, de ódio, bárbara tortura do Oriente, baixa usança do Ocidente. Na Nova Zelândia é um enfeite; a Inglaterra universaliza o adorno dos selvagens que colhem o phormium tenax para

lhe aumentar a renda, e Eduardo com a âncora e o dragão no braço esquerdo é só por si um problema de psicologia e de atavismo. (RIO, 1995, p. 29-30)

É Cesare Lombroso, psiquiatra, cirurgião, criminologista, antropólogo e higienista italiano, quem pretende explicar a associação entre tatuagem e atavismo, a partir de um determinismo biológico que encontrou recepção na sociedade carioca da República Velha:

A primeira, a primeiríssima causa da difusão do uso da tatuagem, entre nós, creio que seja o atavismo (hereditariedade); ou a espécie de atavismo-histórico, que é a tradição, como se a tatuagem fosse um dos caracteres especiais do homem primitivo e do homem em estado de selvageria. (LOMBROSO, 2007, p. 43)

De acordo com a crônica “Os tatuadores”, da tatuagem do Rio é possível fazer o estudo mais variado da credence. A vida amorosa e social de toda a classe humilde, as vidas da classe dos ganhadores, dos viciados, podem ser reconstruídas através das tatuagens. Nesse sentido, a tatuagem seria a inviolabilidade do corpo e a história das paixões. Não seriam apenas riscos nas peles dos homens e das mulheres, mas algo que diz respeito às suas aspirações, horas de ócio, fantasia da sua arte, e crença na eternidade dos sentimentos. Em suma, as tatuagens são a exteriorização da alma de quem as traz (RIO, 1995, p. 30).

Nesse momento, o cronista toma como exemplo da versatilidade e da significação da tatuagem um personagem que atende pela alcunha de “Madrugada”, chefe das crianças marcadoras, bem como dos marcadores ambulantes. Esse, que teria estado na cadeia várias vezes, como o cronista descreve, vive nas Ruas da Conceição e São Jorge, tem amantes, compõe modinhas satíricas e é poeta. João do Rio prossegue com a sua descrição:

Homem tão interessante guarda no corpo a síntese dos emblemas das marcações – um Cristo no peito, uma cobra na perna, o signo de Salomão, as cinco chagas, a sereia, e no braço esquerdo o campo das próprias conquistas. Esse braço é o prolongamento ideográfico do seu monte de Vênus onde a quiromancia vê as batalhas do amor. Quando a mulher lhe desagrada e acaba com a chelpa, Madruga emprega leite de mulher e sal de azedas, fura de novo a pele, fica com o braço inchado, mas arranca de lá a cor do nome (RIO, 1995, p. 31).

Quanto às técnicas de tatuagem existentes na época, o cronista retrata que os tatuadores adotavam várias maneiras de tatuar: por picadas, por incisão, por queimadura subepidérmica. João do Rio conta que as técnicas mais conhecidas entre nós eram a incisiva, tradição trazida da África pelos negros, e a por picadas, que se fazem com três agulhas amarradas e embebidas em graxa, anil ou fuligem, tinta, pólvora, acompanhando o desenho prévio.

De acordo com João do Rio, o marcador trabalha como as senhoras bordam.

O cronista resgata a afirmação de Cesare Lombroso, de acordo com a qual a religião, a imitação, o ócio, a vontade, o espírito de corpo ou de seita, as paixões nobres, as paixões eróticas e o atavismo são as causas mantenedoras dessa usança. Uma outra explicação para esse costume é o ambiente. E nesse aspecto, vemos uma clara influência do lombrosianismo sobre o pensamento de João do Rio:

Hoje toda a classe baixa da cidade é tatuada – tatuam-se marinheiros, e em alguns corpos há o romance imageográfico de inversões dramáticas; tatuam-se soldados, vagabundos, criminosos, barregãs, mas também portugueses chegados da aldeia com a pele sem mancha, que a influência do meio obriga a incrustar no braço coroas do seu país (RIO, 1995, p. 32).

Observe-se, ainda, que João do Rio era eminente representante da comunidade lusitana no Rio de Janeiro, tendo feito viagens a Portugal e mantido estrito contato com a comunidade de imigrantes daquele país. E essa sua visão de cronista encontra correspondência direta na obra *O Homem delinquente*, de Cesare Lombroso:

Também na Itália esta prática se encontra difundida sob o nome de marca, sinal, mas só nas ínfimas classes sociais; nos camponeses, marinheiros, operários, pastores, soldados, e mais ainda entre os delinquentes (LOMBROSO, 2007, p. 30).

Ao final da crônica, João do Rio destaca a figura das meretrizes e a dos criminosos. As mulheres mandavam marcar corações com o nome dos amantes, e após algumas brigas, desmanchavam a tatuagem “pelo processo do Madruga”, e ainda marcavam o mesmo nome no pé, no calcanhar, como demonstração de que já haviam superado seu antigo *affair*. “As meretrizes e os criminosos nesse meio de becos e de fachadas têm indelévels idéias de perversidade e de amor. Um corpo desses, nu, é um estudo social” (RIO, 1995, p. 33).

Em outras duas crônicas de *A alma encantadora das ruas*, “As quatro idéias capitais dos presos” e “Mulheres detentas”, são retomadas as ideias deterministas, e, de certo modo, a mentalidade sanitária que podem ser observadas em “Os tatuadores”: a higiene da cidade deveria refletir-se em uma higiene dos corpos que ia além do simples asseio; envolvia também um regime de disciplina e maneiras.

“As quatro idéias capitais dos presos” começa relatando que na Detenção há casos de reincidências exemplares e casos de psicologia curiosíssimos. A título de exemplo, João do Rio traz o caso do Sargento da Meia-Noite: na opinião do cronista, aparentemente regenerado, mas propenso a cometer um novo crime quando posto em liberdade.

Para evitar tal reincidência, João do Rio defende que é necessário aplicar o método inglês, as sentenças cumulativas, sistema de penas progressivas, cuja duração é calculada justamente pelo quociente de reincidências. De acordo com o cronista, a lógica deveria ser a seguinte: “um preso condenado por ladroeira, se entrar outra vez pelo mesmo crime, tem a pena duplicada; se entrar terceira, triplicada, e assim por diante”. Segundo ele, isso “acabaria com a falha do código, o broquel de defesa dos gatunos, que nos seus artigos admiráveis tem a generalidade da pena para toda a sorte de escapatórias” (RIO, 1995, p. 160). Ou seja: a higiene social também se dava pelo recolhimento dos criminosos reincidentes.

Acerca da tatuagem, segundo João do Rio, o fato curioso é que “pra esta gente, de outro lado da sociedade, não basta pensar, é preciso trazer a marca das próprias opiniões no lombo”. O cronista afirma que são muito raros os presos que na Detenção não são tatuados. Inclusive, são raros aqueles que não trazem no peito ou no braço uma coroa imperial. Em geral, pode-se dizer que os detentos eram monarquistas (RIO, 1995, p. 160).

Entretanto, em que pese simpatizarem com os ideais monárquicos, de acordo com João do Rio, nenhum deles se regenera:

Deus é apenas a salvação das suas patifarias na terra, e tanto é assim que não há desordeiro assassino em cuja mão direita não apontem, tatuadas, as cinco chagas de Cristo. Sabem a interpretação dada a este sinal? A piedosa interpretação de que com a mão, ajudada por tão grande símbolo, não se atira à cara de um sujeito uma taponada sem que o contendor não caia ao chão! (RIO, 1995, p. 161)

Ao final dessa crônica, João do Rio afirma que a religião, que dá esperança aos aprisionados, e o jornal, que os faz lembrar a rua, aludem à ideia de liberdade, capaz de modificar o humor dos presos, e “que faz frequentadas as solitárias, que os torna ora alegres, de uma extrema bondade, ora agitados e terrivelmente maus” (RIO, 1995, p. 162).

Em “Mulheres detentas”, ao final de *A alma encantadora das ruas*, também é possível perceber a influência das teorias deterministas sobre a sociedade brasileira, durante a Primeira República, especialmente na capital do país:

É possível? Haverá loucas na Detenção como há agitados e imbecis? O Dr. Afrânio Peixoto, o psiquiatra eminente, dissera-me uma vez, apontando o pátio do Hospício, onde, presas de agitação, as negras corriam clamando horrores aos céus: — Há algumas que têm quatro e cinco entradas aqui. Saem, tornam a beber e voltam fatalmente (RIO, 1995, p. 165).

O cronista nos permite compreender que essas mulheres estão na Detenção por coisas fúteis, coisas que cometem diariamente, até que a ira dos inspetores se acenda contra elas, ou sofram a vingança de

algum soldado que por estas mulheres esteja apaixonado.

Como ponderou em relação aos presos, João do Rio ressalta que todas essas mulheres detentas estão tatuadas; quer seja nas pernas, nos braços, nas mãos, no ventre, e algumas até na testa. A tatuagem, para esses pobres corações, seria como a exteriorização da saudade. Espadas, cristos, sereias, peixes, coroas imperiais, o nome dos que lhes deram a vida, o nome dos irmãos, o dos amantes e dos filhos perdidos: na hora de solidão, muitas têm nessa recordação a eterna dor.

Cavallhada da Luxúria, correndo nos recantos da cidade ao lado da morte e do assassinato, destinada aos fins trágicos da miséria, da sífilis ou do ciúme feroz, os seus próprios corpos são como o perpétuo símbolo das suas adorações, os altares onde se confundem todos os sentimentos (RIO, 1995, p. 167).

## **ESTIGMA E TATUAGEM À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

A dignidade da pessoa humana tem sido um dos princípios constitucionais mais utilizados, contudo, um dos menos compreendidos nos últimos anos. Escolher trabalhar com esse princípio imprescindível à nossa ordem normativa envolve compreendê-lo na concretude dos direitos à não discriminação e, no seu limite, à igualdade. Por haver um núcleo comum de

dignidade, inerente a todo e qualquer ser humano, é preciso superar o problema das diferenças criadas por atribuições simbólicas imbuídas de preconceitos e até interpretações errôneas, e nos atermos às causas da desigualdade que obstaculizam a efetivação desse princípio, matriz de direitos e garantias fundamentais em nosso ordenamento jurídico.

De igual modo, elencar o sanitarismo como pano de fundo de um contexto histórico específico, a partir do qual é possível analisar as noções de estigma e de tatuagem, enxergando nessas ideias, inclusive, correspondência com as teorias deterministas, não tem como objetivo uma prolixidade retórica, antes, o propósito é compreender mais a fundo quais as características dessa desigualdade primária, que não se reduz a não aceitação da alteridade, mas, para muito além disso, diz respeito ao que atinge o interesse público do bem comum. Partindo dessas premissas, é possível estudar as categorias tatuagem e estigma, sem incorrer em reducionismos que se contraponham ao objetivo geral desta pesquisa.

### **Estigma segundo Erving Goffman**

De acordo com Erving Goffman, em seu livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, os gregos criaram o termo estigma para se

referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Feitos com cortes ou fogo no corpo, os sinais avisavam que o portador era um escravo, um traidor ou criminoso, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; sobretudo em locais públicos. Na era Cristã, foram acrescentados ao termo dois níveis metafóricos: um que se referia a sinais corporais de graça divina, os quais assumiam a forma de flores sanguíneas em erupção sobre a pele, e o outro, uma alusão médica a essa conotação religiosa: nesse sentido, estigma referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos (GOFFMAN, 1980, p. 5).

Dessa forma, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos que nele identificamos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”. Nós transformamos essas pré-concepções em expectativas normativas e comportamentais, em exigências apresentadas de modo mais rigorosamente vinculado a um determinado conteúdo, suprimindo, portanto, o espaço de liberdade e indefinição daquele que conosco partilha a existência. Contudo, durante todo esse tempo, estivemos, na verdade, fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está na nossa frente deveria ser. Desse modo, as exigências que fazemos

podem ser vistas como demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser enxergado como uma caracterização "efetiva", contudo, uma identidade social virtual. Assim, a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir serão considerados a sua identidade social real.

O termo estigma será utilizado para se referir a um atributo que se considera profundamente depreciativo. Um estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora haja importantes atributos, que, de modo geral, em nossa sociedade, não são valorizados (GOFFMAN, 1980, p. 6-7).

Goffman se preocupa especialmente com o encontro entre "normais" e estigmatizados, momento no qual realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, sobretudo quando tentam manter uma conversação. Nesse instante, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, pois essa será a ocasião na qual, muitas das vezes, ambos os lados enfrentarão as causas e os efeitos do estigma (GOFFMAN, 1980, p. 15).

O autor identifica duas possíveis reações dos normais quanto aos estigmatizados, quando ambos se introduzem em situações sociais mistas. Aqueles tentarão proceder como se, de fato, estes corresponderem a um dos tipos de

pessoas que lhes são naturalmente acessíveis em tal situação, seja tratando o estigmatizado como se ele fosse alguém melhor do que achamos que seja, ou pior do que achamos que provavelmente é. Quando nenhuma dessas situações for possível, o "normal" tentará agir como se o estigmatizado fosse "não-pessoa", e não existisse como um indivíduo singular digno de atenção ritual (GOFFMAN, 1980, p. 19).

É, especialmente, essa redução do outro a uma "não-pessoa" que este trabalho procura analisar, a fim de compreender, sem cometer anacronismos, a violação do núcleo de dignidade comum pelo resíduo da mentalidade sanitaria e das teorias deterministas que ferem o princípio da dignidade da pessoa humana, especialmente aquelas que compreendem a tatuagem como uma marca corporal identificadora da degenerescência.

Mais adiante, Goffman conclui que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum. Segundo o autor, devemos nos preocupar menos com os desvios pouco habituais que se afastam do comum (estes, que se constituem como a grande preocupação das teorias deterministas) do que com os desvios habituais que se afastam do comum (GOFFMAN, 1980, p. 109). Essa concepção coaduna com a perspectiva segundo a qual o estereótipo do psicopata

não é a chave de compreensão da criminalidade brasileira, antes, é preciso olhar para as causas da nossa desigualdade, que é estrutural, e dizem respeito ao que mitiga as nossas possibilidades reais de estabelecer uma igualdade primária.

#### 4.2. O estigma da tatuagem na jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal

O estigma que gira em torno da tatuagem foi objeto de reflexão no Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão jurisdicional mais elevado do nosso ordenamento jurídico. A decisão colegiada foi proferida em 17 de agosto de 2016 durante o julgamento do Recurso Extraordinário 898.450/SP. Nesta ação judicial se discutia a possibilidade de os editais de concurso público proibirem o ingresso de candidatos que tenham tatuagens em cargo, emprego ou função pública<sup>223</sup>.

Segundo o relatório produzido pelo Ministro Luiz Fux, o caso começa quando Henrique Silveira impetra um mandado de segurança contra o diretor do Centro de Seleção, Alistamento e Estudos de Pessoal

da Polícia Militar do Estado de São Paulo por ter sido excluído de um concurso público para soldado da PM de 2ª Classe. O motivo da sua eliminação decorreria do fato de Henrique possuir uma tatuagem na perna esquerda que contrariava as regras do edital do concurso que este prestava.

Sem embargo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao recurso interposto pela Fazenda, confirmando a ideia consagrada no direito administrativo de que “o edital é a lei do concurso”, e que o candidato que participa do certame aceita as suas disposições, inclusive as que estabelecem restrições à tatuagem. Conforme o edital analisado, as tatuagens deveriam ser discretas e não poderiam ser visíveis ao se usar o uniforme de treinamento físico.

Diante dessas afirmações, Henrique interpôs o Recurso Extraordinário, alegando a inconstitucionalidade da norma contida no edital, em virtude de ofensa aos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade. Quando o recurso chega ao STF, acaba sendo reconhecida a existência de repercussão geral, o que demonstra que aquele tema era frequentemente discutido em âmbito judicial.

A fim de construir um voto contextualizado, o ministro Fux realiza uma breve análise histórica e sociológica da tatuagem que reforça as ideias expostas neste

---

<sup>223</sup> Todas as informações referentes ao Recurso Extraordinário 898.450/SP podem ser encontradas na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4804268&numeroProcesso=898450&classeProcesso=RE&numeroTema=838>>. Acesso em: 29/01/2021.

trabalho. Para ele, a pigmentação definitiva no corpo humano foi introduzida por viajantes e marinheiros no século XVIII, porém foi associada aos setores marginalizados da sociedade no século posterior, subsistindo alguns resquícios desse imaginário até os dias atuais<sup>224</sup>:

Arte corporal milenar, a tatuagem, introduzida por viajantes e marinheiros no século XVIII, foi associada, no século XIX, a setores “marginais” da sociedade, como prostitutas e prisioneiros, sendo conhecida, por estes últimos, como a “flor do presídio” [...] Sua associação à prática de ilícitos e a setores marginais da sociedade não é, assim, fenômeno recente. Deveras no século XX, a tatuagem teve seu significado expandido, porém sem ser timbrada exclusivamente pelo estigma social de marginalidade.

Consciente desse passado, Fux acredita que em pleno século XXI não haveria quaisquer justificativas para que a sociedade ou o Estado “visualizem, em pessoas que possuem tatuagens, marcas de marginalidade e de inaptidão física para exercer determinado cargo público”,<sup>225</sup> estigmatizando tais indivíduos. Logo, o ministro considera inconstitucional a previsão em editais de concurso público de eliminação de candidatos que possuam tatuagens, excepcionando-se aquelas que sejam “inaceitáveis sob uma ótica plural e

republicana”<sup>226</sup>. Essa foi a conclusão adotada pela maioria do Supremo.

Por fim, cabe ressaltar que essas restrições quanto ao uso da tatuagem não são um problema a ser enfrentado atualmente apenas pela justiça brasileira, haja vista que o estigma da tatuagem se manifesta ainda em outros países. A título de exemplo, os magistrados americanos discutiram recentemente a política implementada em 2015 pelo ex-superintendente da polícia que obrigava os agentes a cobrirem qualquer tatuagem visível durante o serviço<sup>227</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se verifica dentro da mentalidade sanitarista e determinista que prevaleceu durante a República Velha é a inconsistência do discurso pautado em um modernismo que produzia a sua própria antítese: crescimento urbano desordenado, exclusão, atraso. Anos mais tarde, o Plano Agache foi a primeira proposta de intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro com preocupações genuinamente modernas, introduzindo no cenário nacional

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> Diversas notícias foram divulgadas sobre o caso em páginas eletrônicas de conteúdo jurídico como a “Courthouse News Service”. Disponível em: <<https://www.courthousenews.com/appeals-court-hears-first-amendment-tattoo-case/>>. Acesso em: 29/01/2021.

<sup>224</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 898.450. Relator Ministro Luiz Fux, 17 de agosto de 2016, p. 7.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 17.

algumas questões típicas da cidade industrial, como o abastecimento de águas e o planejamento do transporte de massas, o crescimento das favelas e a habitação operária. Ademais, com debates que iam desde a necessidade de um zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, o Plano Agache ultrapassou os limites do idealismo otimista das intervenções predecessoras de Pereira Passos.

O objetivo deste trabalho, ao contextualizar o período histórico de João do Rio e trazê-lo como principal referencial teórico, não foi o de colocar o autor como a voz dos pobres e marginalizados do século XX, e nem poderia ser: Paulo Barreto, como um homem de seu tempo, e frequentador dos círculos mais restritos da alta sociedade carioca, refletia a mentalidade sanitarista e o determinismo que eram considerados modernos à época. Entretanto, é inegável o fato de que as crônicas de João do Rio nos permitem pensar acerca dos modos de vida e da marginalização de categorias excluídas historicamente: os detentos, as mulheres, os trabalhadores de estiva e da região portuária, os tatuados, as pequenas profissões, etc. Essa preocupação em relatar o ângulo diverso sobre temas acerca dos quais poucos jornalistas de sua época escreviam o levou a se tornar cada vez menos repórter e mais cronista, até chegar ao status de criador da

crônica social moderna, além de ser o primeiro grande repórter brasileiro.

Para além desse estudo biográfico, este artigo buscou enxergar a repercussão do sanitarismo e das teorias deterministas no universo fragmento que João do Rio expõe: os becos e vielas da sociedade carioca da Primeira República. A tatuagem como estigma e o estigma como um reflexo da mentalidade sanitarista são escolhidos enquanto os principais temas, por retratarem as ambiguidades de uma capital que respirava ares modernos. Remodelação da cidade e exclusão social, ordem e progresso e determinismo biológico deveriam ser vistos como antagônicos, mas revelam-se como duas faces complementares de uma mesma dinâmica social: o problema da desigualdade no Brasil é muito anterior ao contexto de nascimento da República, remontando a diversas heranças da escravidão e a fluxos migratórios. Do renascimento dos apelos monarquistas, contemporâneos, à desigualdade estrutural primária, que afeta o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana, talvez o que nos falte seja, justamente, um espírito republicano que possa se inspirar na atividade de um jornalismo que, observando a realidade, a trate com tons menos impressionistas que os de João do Rio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 16/01/2021.

ANTUNES, Paranhos. “O topônimo ‘favela’ e sua origem”. *Estudos de História Carioca*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, s.d.

FARIA, Gentil de. *A presença de Oscar Wilde na “Belle Époque” literária brasileira*. São Paulo: Pannartz, 1988.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Fundação do Desenvolvimento da Educação. Editora da Universidade de São Paulo, 2. ed. São Paulo, 1995.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução Sebastião José Roque, Editora Ícone – São Paulo, 2007.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

\_\_\_\_\_. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911.

RODRIGUES, R. N. *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*, 15, 1151-1180, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n4/14.pdf>>. Acesso em: 29/01/2021.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na*

*Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.